

A TRAJETÓRIA  
DO TERMO  
“INTERNACIONALIZAÇÃO”:  
DAS CONTRIBUIÇÕES  
ETIMOLÓGICA E  
MORFOSSEMÂNTICAS  
PARA OS IMAGINÁRIOS  
SOCIAL E  
INSTITUCIONAL

EL TRAYECTO DEL TÉRMINO “INTERNACIONALIZACIÓN”: DE LAS CONTRIBUCIONES  
ETIMOLÓGICAS Y MORFOSEMÂNTICAS PARA LOS IMAGINARIOS SOCIALES E  
INSTITUCIONAL

THE CONTINUUM OF THE TERM INTERNATIONALIZATION: FROM ETYMOLOGICAL AND  
MORPHOSEMANTIC CONTRIBUTIONS TO COLLECTIVE AND INSTITUTIONAL  
IMAGINARY

Elizabeth Pazello\*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO: A partir de Norton (2015), Ianni (2001), Bauman (1999) Anderson (2008) e Andreotti (2010), o artigo tem como objetivo rastrear traços semânticos incorporados ao termo *internacionalização* na crença de que eles permeiam o *imaginário social* e se estendem ao *imaginário institucional* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Curitiba. O ponto de partida é o termo *nação* que é submetido à análise etimológica, morfossintática e conceitual em busca de traços semânticos potencialmente compartilhados com o termo *internacionalização*, pela sobreposição morfossemântica entre eles. Vistos diacronicamente, ambos

---

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Atua na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Curitiba, como docente no curso Licenciatura em Letras-Ingês. E-mail: [elizabethp@professores.utfpr.edu.br](mailto:elizabethp@professores.utfpr.edu.br).

descortinam um panorama semântico pluridisciplinar composto de feixes de sentido, muitas vezes de marcas dicotômicas que dificilmente são apagadas se incorporadas ao termo. Interessantemente, palavras morfológicamente distintas, tais como *pátria* e *país*, rendem traços de sentido anovelados na composição do termo *internacionalização* quando analisadas as percepções do termo na referida instituição

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Morfologia. Imaginário Social. Análise conceitual. Traços semânticos.

RESUMEN: Con referencia a Norton (2015), Ianni (2001), Bauman (1999) Anderson (2008) y Andreotti (2010), el trabajo tiene como objetivo rastrear marcas semánticas incorporadas al término *internacionalización*, creyendo que ellas estén en el *imaginario social* y en el *imaginario institucional* de la Universidad Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba. La base para iniciar el estudio es el término *nación*, a partir de lo cual se hace un análisis etimológico, sintáctico y conceptual en búsqueda de rasgos semánticos potencialmente compartidos con el otro término, *internacionalización*. En un espacio de tiempo, los dos términos muestran un panorama semántico pluridisciplinario compuesto de opciones de sentido con marcas que dificilmente son borradas una vez que sean incorporadas semánticamente al término. Curiosamente, palabras morfológicamente diferentes, como *patria* y *país* resultan rasgos de sentido que se combinan en la composición del término *internacionalización* cuando se analizan las percepciones del término de la referida institución.

PALABRAS CLAVE: Internacionalización. Morfología. Imaginario Social. Análisis conceptual. Rasgos semánticos.

ABSTRACT: With reference to Norton (2015), Ianni (2001), Bauman (1999) Anderson (2008) and Andreotti (2010), the article aims to search for semantic features incorporated to the term *internationalization* under the premise that they are part of the social imaginary and thus permeate the institutional imaginary of the Federal Technological University of Paraná in Curitiba. The starting point is the term *nation*, which is subjected to etymological, morphosemantic and conceptual analysis in search of semantic traits potentially shared with the word *internationalization*. In fact, these two terms belong to a pluridisciplinary semantic set made of bundles of semantic features seldom erased once they are semantically incorporated to the term. Interestingly enough, morphologically distinct words, such as *homeland* and *country*, yield traits of meaning melted to the semantic core of the term *internationalization* as far as perceptions of the term at UTFPR are concerned.

KEYWORDS: Internationalization. Morphology. Social Imaginary. Conceptual analysis. Semantic features.

## 1 INTRODUÇÃO

Sob o impacto no ensino superior de que “internacionalizar é preciso”, este artigo tem por objetivo apresentar o perfil etimológico e morfológico do termo *internacionalização* em meio à pressão de pertencimento à Classe Mundial<sup>1</sup> da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Curitiba (doravante, UTFPR-CT).

O *Desenvolvimento* do estudo é tripartido. Primeiramente, é necessário aprofundar a noção de *imaginário social* como fundamentação do *imaginário institucional*. Feito esse alicerce, o foco recai sobre a função e aplicabilidade da *análise conceitual* como recurso produtivo para a fundamentação das considerações etimológicas e morfossemânticas com destaque ao papel decisivo dos traços semânticos incorporados ao termo *internacionalização* em seu *continuum* de significação. Nesse passo, o termo *nação* é o primeiro a ser analisado como alicerce para o entendimento do outro, *internacionalização*, que é discutido na sequência. Por fim, apresentam-se as *Conclusões* que, sem o teor de metanarrativa, configuram um espaço profícuo e inspirador para o entendimento das entranhas do termo *internacionalização* e das percepções por ele geradas em seu uso na UTFPR-CT.

<sup>1</sup> Por *Classe Mundial*, entende-se um grupo seletíssimo de universidades cujo seis critérios de pertencimento são (1) investimento de um total anual de \$ 751.139 de salário por docente; (2) pelo menos 20% do seu pessoal é de origem estrangeira; (3) relação de estudante por docente de 11,7 para 1; (4) investimento em pesquisa pelo menos \$ 229.11 por docente; (5) publicação de 43% de todos os seus trabalhos de pesquisa com, pelo menos, um coautor internacional e (6) um corpo discente composto por 19% de estudantes estrangeiros. (PAZELLO, 2019, p. 178).

## 2 IMAGINÁRIO SOCIAL E IMAGINÁRIO INSTITUCIONAL

Relevante nos achados de pesquisadoras como Andreotti (2010) e Norton (2015), a noção de *imaginário social* tem muito a contribuir aqui. Segundo as autoras, tal imaginário se realiza por ideologias e utopias, além de símbolos, alegorias, rituais e mitos que permeiam e esculpem visões de mundo de sujeitos em sua interação consigo e com outros no mundo em todas as esferas de interação. Diante disso, pressupõe-se que esse imaginário social seja composto a partir da

[...] sublimação do que já se acha sublimado na cultura, no imaginário na polifonia das metáforas que povoam as aflições e as ilusões de uns e outros. O imaginário social comporta desencontros entre o contemporâneo e o não-contemporâneo. [...] no imaginário social, a reflexão e a memória contornam sentidos. [...] de forma geral, a tendência é que não se apaguem umas às outras. Ao contrário, permanecem, transformando-se em pontos de referência, traços semânticos no mapa histórico, geográfico, semântico e pragmático do indivíduo. Inclusive podem recriar-se com novos elementos engendrados pelas configurações e movimentos da sociedade global. (IANNI, 2001, p. 24-25)

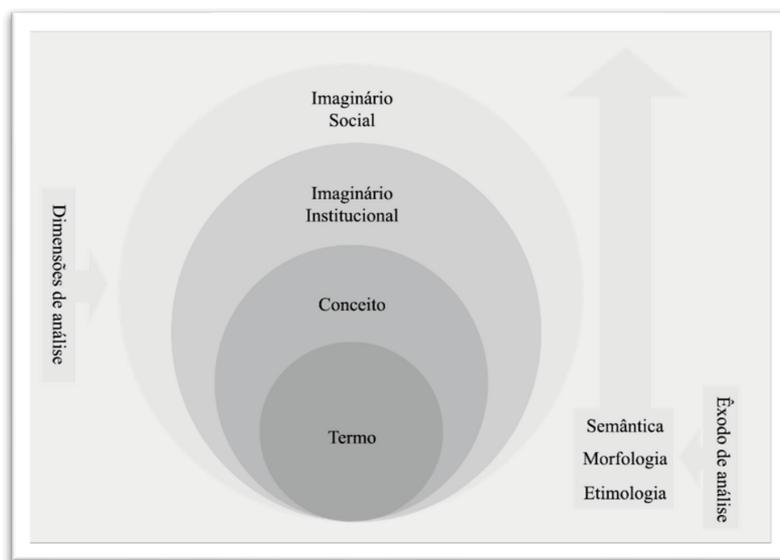
Em consonância com a perspectiva das autoras, a definição de Ianni delinea o *imaginário social* como sendo o repositório de noções semânticas de sujeitos cujo repertório de entendimentos de mundo *constitui e é constituído* desse feixe de sentidos. Circulando nos discursos, portanto, as referidas noções podem ser recuperadas mediante análise conceitual devido seu alcance interdisciplinar.

Nesse sentido, Foucault (1996) e Chartier (1990) ratificam o caráter historicamente construído da interação intercultural. Este autor destaca que “[...] percepções e representações do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados” (CHARTIER, 1990, p. 17), haja vista articularem estratégias de poder e hierarquia.

À vista disso, o *imaginário social* pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder. Como repositório das representações coletivas, os sujeitos e instituições dele se apropriam para (in)formar crenças e condutas pedagógicas em relação ao processo de internacionalização institucional em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. Assim, cabe o emprego do termo *imaginário institucional*, uma vez que o *local de enunciação* das percepções conceituais é a UTFPR-CT. Por fim, cabe ressaltar que, analogamente ao imaginário social, é construído político e produtivo como domínio discursivo legitimado na identificação de marcas semânticas a ele incorporadas.

À guisa de esclarecimento, a Figura 1 apresenta o macrocontexto da análise conceitual realizada. Ela apresenta o enredamento dessa proposta de análise na busca de traços semânticos de sentidos de termos e conceitos. Optou-se 4 (quatro) dimensões de análise e 3 (três) eixos operantes para a percepção dos traços semânticos incorporados ao termo *internacionalização* no contexto acadêmico da UTFPR-CT.

A análise conceitual ocorre a partir da mediação simbólica dos discursos legitimados local e globalmente. Para operacionalizá-la, optou-se por cruzar informação entre *domínios* e *eixos*. Aqueles representam as *esferas de significação* e estes incluem áreas de organização linguística, portanto, sensíveis ao rastreamento dos traços de sentido.



**Figura 1:** Dimensões e eixos predominantes na análise conceitual do termo *internacionalização*

**Fonte:** a autora

Posto isso, antes de iniciar a tarefa de analisar etimologicamente o termo *internacionalização*, é indispensável esclarecer as características, premissas e funções inerentes à análise conceitual. Esse é, pois, o foco da próxima seção.

### 3 ANÁLISE CONCEITUAL: PRODUTIVIDADE E FUNÇÃO

A análise conceitual rende uma estratégia metodológica pertinente para a abordagem do termo *internacionalização* por duas razões medulares. Primeiramente, por estar fundada na linguagem e no discurso e, em segundo lugar, pela sua sensibilidade aos contínuos de tempo, espaço e contexto socioeconômico tão importantes em discursos historicamente construídos. Nessa razão, o exame de conceitos como estratégia de apreender sentidos a eles incorporados permite o aprofundamento da compreensão semântica dos termos mediante a investigação dos traços semânticos que o sujeito lhes foi imprimindo diacronicamente.

Com isso em mente, elege-se a análise conceitual como acertada para identificar traços semânticos incorporados ao termo *internacionalização* pelo seu destaque em cenários pedagógicos interculturais e pelas representações que o articulam ao imaginário institucional da UTFPR em contextos pró-internacionalização.

Valioso é também discernimento que a análise conceitual traz acerca de elementos retóricos e ontológicos. Em especial, quando conceitos são examinados interdiscursivamente em seu papel de alicerce epistemológico sobre o qual a análise morfossemântica e subsequente discussão se fundamentam. Com efeito, para extrair significados conceituais a partir dos termos em foco, é relevante sintonizar os achados provenientes de duas frentes, nomeadamente, aquela referente à análise aplicada ao conceito *internacionalização* e termos e outra resultante de considerações acerca dos discursos em que se realiza em uma abordagem interdisciplinar.

Contudo, a análise conceitual implica percalços. Por estarem imbricados em contextos socioculturais, econômicos e políticos, a opção analítica dos termos deve assumir basicamente três riscos, nomeadamente, a *ambiguidade*, o *uso retórico* e a *opacidade*.

Perante a possibilidade de os conceitos se tornarem ambíguos<sup>2</sup>, é recomendado reconhecer a ambiguidade como vetor resultante da condição de permeabilidade conceitual para que a análise não se perca nessas circunstâncias.

<sup>2</sup> Por “ambiguidade” entenda-se a possibilidade de os traços constituintes dos termos receberem diferentes interpretações, posto que sensíveis a diferentes culturas e épocas.

Outro vetor de cautela é a possibilidade de termos se tornarem *ocos*, vozeando a classificação de Santomé (2003). Em consonância com o autor, essa categoria inclui palavras que se esvaziam de sua essência e passam a ser usadas retoricamente. Nesse caso, o uso do termo se aproxima de um uso retórico, ou seja, desprovido de algumas de suas marcas semânticas fundantes. Há de se considerar que tal retoricidade possa indicar *modismo*, ou seja, o uso do termo responsivo ao momento sem que seu sentido esteja incorporado ao *modus operandi* da instituição ou às crenças dos sujeitos que o utilizam.

Bauman (1999) também aconselha prudência perante a análise conceitual. O autor recomenda cautela analítica em caso de o conceito *ser novo* ou, ao contrário, *lugar-comum*. Segundo ele, parece haver uma “névoa” que cerca tanto “palavras de moda” de forma que “dissipá-la” permite penetrar no entendimento de traços semânticos mais pormenorizados desses conceitos. Logo, para o supracitado sociólogo, tal opacidade pode resultar em uma condição de inquestionabilidade do conceito na lógica de que “[...] quanto mais experiências [os conceitos] pretendem explicar, mais opacos se tornam. Quanto mais numerosas as verdades ortodoxas que desalojam e superam, mais rápido se tornam cânones inquestionáveis” (BAUMAN, 1999, p. 7).

Em vista disso, conclui-se que a reflexão sobre o entendimento do conceito de *internacionalização* na UTFPR-CT vai originar considerações tanto acerca de quebras de paradigma como de sua manutenção em relação ao processo de internacionalização sob o impacto do capitalismo na contemporaneidade.

A menção a tal fenômeno econômico contemporâneo em sua relação com a análise da construção semântica do termo *internacionalização* é oportuna. Por um lado, tem respaldo epistemológico na característica interdisciplinar e rizomática da trajetória terminológica. Por outro, fundamenta-se na informatividade semântica que os traços incorporados ao conceito *capitalismo* imprime ao longo do *continuum* histórico-social do termo. Desse modo, sua retomada vai trazer à tona marcas semânticas historicamente construídas referentes a sistemas econômicos que o precederam, a saber, a acumulação do mercantilismo, do colonialismo e do imperialismo, por exemplo. Assim, o teor interdisciplinar do traços semânticos da rede lexical evocada pelo termo *capitalismo*, provavelmente, foram morfossemanticamente incorporados à percepção do conceito de *internacionalização* na UTFPR-CT.

Em virtude do enredamento semântico complexo do termo *internacionalização*, a contiguidade com os construtos de *interculturalidade* e *globalização* faz com que o termo *internacionalização* reverbere questões de natureza filosófica, sociopolítica e histórico-cultural de herança da colonização além de fatores de autonomia e identidade.

Após abordar as dimensões, convém encaminhar a discussão para os eixos de análise, haja vista o árduo desafio dessa análise conceitual de rastrear os traços semânticos que vieram compondo o termo *internacionalização* ao longo de uma trajetória de quase quinhentos anos.

Oportunamente, cabe ressaltar que a etimologia é excelente ponto de partida para a análise conceitual. Dessa maneira, o foco da próxima seção será a análise etimológica do termo *nação* com base na proximidade lexical entre os termos *nação* e *internacionalização* perante a constatação de que compartilham da raiz *nação*. Além de se prestar eficientemente à captura de elementos morfossemânticos do referido termo, o eixo etimológico de análise mostra-se coadjuvante na problematização de ressignificações que o termo *internacionalização* venha a receber ao longo de seu uso em discursos no contexto universitário em questão.

#### 4 NAÇÃO EM INTERNACIONALIZAÇÃO: ENREDAMENTO ETIMOLÓGICO, CONCEITUAL E SOCIOCULTURAL

Etimologicamente, a palavra *nação* vem do francês antigo *nacion*, significando *nascimento* ou *local de nascimento*, que, por sua vez, origina-se do latim *natio*, cujo significado é literalmente *nascimento*. No latim, *natio* definia um grupo de homens, vinculados a uma

origem comum, já assinalada pela noção de consciência de sua *unidade* e o *desejo de uma vida solidária*. Parece não ter mudado de sentido quando foi transferido para o francês *nation* que data do século XII, segundo o dicionário Grand Robert<sup>3</sup>.

Nesse esteio, por *nação* entende-se uma comunidade de pessoas com uma mesma língua, território, história, etnia ou uma estrutura psicológica comum fundamentada em uma cultura comum.

Assim *nacion* e *natio* remetem a *nationis*, *nativus* e, bem mais tarde, por volta do século XIX, a *nacionalismo*<sup>4</sup>. Em verdade, até o fim do mesmo século, esse vocábulo não era amplamente usado ou sequer incluído em dicionários (HOBSBAWN, 1995). Como uma tese ideológica, o termo *nacionalismo* originou-se na acepção de *afeto e lealdade à nação*, o que conduz à noção de que os traços semânticos *enaltecer* e *defender o sentimento de identificação a uma nação* foram incorporados ao termo *nacionalismo* em decorrência da plasticidade inerente aos conceitos, nos quais, como no caso de *nação* e *nacionalismo*, sobrepõem-se valores afetoculturais aos etimológicos mencionados anteriormente.

Para Anderson (2008), o conceito de *nação* como *construto social* surgiu na Europa Ocidental ao longo do século XVIII. O autor caracterizou o termo *nação* como uma *comunidade imaginada* na qual havia *conexões estendidas e compartilhadas*, traços semânticos que os sujeitos imaginam como constituintes do referido conceito.

Segundo essa interpretação, a *nação* seria concebida como “[...] uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana” (ANDERSON, 2008, p. 3). Nessa ótica, a *nação* seria uma *comunidade abstrata e impessoal*, ainda que cada um de seus membros parecesse experienciar-se subjetivamente como parte de uma *unidade* com os outros, ou seja, a sensação era de um *pertencimento subjetivo* semelhante a um *desejo*. De qualquer forma, *desejo* ou *fato*, o construto *pertencimento a uma comunidade acolhedora* se oferecia como um traço semântico incorporado ao termo *nação*.

Em verdade, cabe a problematização desse imaginário social de *coesão e unidade*. Em verdade, os membros da nação permanecem estranhos um ao outro e provavelmente nunca se encontrarão. Tal alegoria de interpretação conceitual possivelmente põe lado a lado marcas semânticas do *desejo* e do *intimismo* frente àquelas de *poder* e *impessoalidade*. Essa constatação reitera o efeito de ruptura que o resgate das marcas semânticas pode trazer. Tal efeito vem do impacto de propriedades dos termos e conceitos, nomeadamente, *flexibilidade*, *porosidade* e *indissociabilidade* emergem em relação aos sentidos agregados em situação de uso.

A perspectiva da *nação* como comunidade imaginada ecoa a interpretação de Anderson em relação ao termo *nacionalismo*. O referido cientista político traz à tona a relação de *nação* e *nacionalidade* para afirmar que “[...] nacionalidades, assim como nacionalismos, são artefatos culturais de um tipo específico” (ANDERSON, 2008, p. 4).

Com efeito, o historiador chama atenção para o fato de que a representação simbólica e coletiva comum ao termo *nacionalidade* alcançou diacronicamente uma legitimidade sem paralelos, já que, “[...] de fato, a nacionalidade é o mais universalmente legítimo valor na vida política de nosso tempo” (ANDERSON, 2008, p. 6). O autor acrescenta que transformações sociais, econômicas e a ascensão do capitalismo atuam como condições que alimentam a construção desses artefatos sociais.

Por conseguinte, é pertinente supor que traços semânticos podem responder a *desejos* de um *imaginário afetivo* tal qual parece ter sido a atribuição da marca semântica de *unidade* atrelada ao construto *nação*. Todavia, vale ressaltar que as marcas semânticas em *nacionalismo* e *nacionalidade* foram provavelmente incorporadas na construção do termo *internacionalização* como legado semântico de *nação*.

Uma incursão em fatores epistêmicos que influenciaram tal absorção é feita por Castro-Gómez (2005). Conforme o autor, o século XVIII foi cenário histórico e político de ruptura epistêmica em diferentes frentes. Uma delas envolveu o enfraquecimento do

<sup>3</sup> Dicionário francês acreditado pela Universidade de Wartburg (LE GRAND ROBERT, [201-]).

<sup>4</sup> Conforme José Arraes de Alencar, em seu livro intitulado *Vocabulário Latino*, “nacionalismo é uma palavra derivada de duas raízes, *gen*, no sentido de *nascer* ou *fazer gerar*, e *natus*, *filho*” (1944, p. 23).

modelo religioso de pensamento absolutista, predominante entre os séculos XVI e XVIII, o qual dava lugar ao domínio da racionalidade. Esta era tida como fundamental na concepção do modelo de mundo na lógica iluminista, inspirada em Voltaire, Kant, Jefferson, dentre outros filósofos relevantes. Nesse contexto, a ruptura com o *Absolutismo* e os conflitos dela decorrentes atuaram como eventos permeáveis às marcas semânticas do conceito *nação*.

Anderson (2008) atenta para o fato de que o crescimento dos estados absolutistas e sua multiplicidade cultural provocaram desavenças. Para o autor, tais movimentos, inspirados em ideais de pertencimento à *nação*, “[...] foram organizados por classes inferiores, incentivadas a se iniciarem na vida política e com o desejo de promover a união entre os indivíduos em nome de ideais partilhados” (ANDERSON, 2008, p. 48).

Consequentemente, ao termo *nação* incorpora-se o senso de *agrupamento* e de *proteção*. Destarte, o sentido de *as pessoas estarem juntas* e o desejo de *pertencimento ao grupo* a partir da consciência de sua *nacionalidade* incorporam-se como traços semânticos marcantes ao conceito *nação*. Na *nação*, os indivíduos se distinguem em sua *peculiaridade*, ou seja, *individualidade*. Contudo, querem viver unidos como *grupo*. Um *grupo* que existe individualmente, o que pode soar paradoxal, mas convive semanticamente, pois faz sentido na esfera do *desejo*. Igualmente relevante é a noção de que cada um dos traços, isoladamente, não basta para lhes dar sentido. Eles parecem funcionar como *feixes* que tecem um anovelado de significações disponíveis no *imaginário social* desde que legitimadas socialmente.

Nesse esteio, surge o conceito de *nação* como uma *comunidade*, mais especificamente, uma *irmandade legítima*, coesa e horizontalmente construída, em oposição às marcas semânticas incorporadas ao conceito do *estado absolutista*. Neste predominava a noção da existência de um *território dominado* irrestritamente pela *autoridade soberana* de um *líder absolutista* que governava, *indicado por Deus*, unicamente para seus interesses e para aqueles da *burguesia* à custa do trabalho dos *menos favorecidos*.

À área sociopolítica, cabe destacar o teor das marcas de natureza linguística incorporadas ao conceito de *nação*. No século XV, segundo Anderson (2008), a expansão territorial da Europa fez com que os europeus atinassem para a existência de outras civilizações. À época, as dinastias absolutistas não se referiam a *nações*, ou mesmo ao conceito de *ser nacional*<sup>5</sup>, mesmo porque um mesmo rei podia liderar diferentes *estados*, os quais eram, muitas vezes, rivais.

Ainda segundo o referido autor, a escolha da língua oficial era feita com base nos critérios de herança ou conveniência. No entanto, em virtude da expansão territorial da Europa do século XVI, o conceito de *língua* ou *língua nacional* foi revisto. Dessa forma, em sintonia com esse novo modo de pensar, as línguas não eram mais consideradas dádivas ou propriedades divinas. Na verdade, eram percebidas como pertencentes ao seu falante nativo mediante sua vinculação a um território no qual se estabelecia em rede com os demais habitantes.

Nessa perspectiva, evidencia-se que o conceito de *nação* como construto social parece ter incorporado as marcas de uma *comunidade* na qual havia um *elo de pertencimento* agora sob o poder *destituído do Rei*, ainda que existente entre os sujeitos.

O surgimento da imprensa em larga escala no final do século XVIII exerceu impacto na dimensão linguística e nas marcas semânticas resultantes. Anderson (2008) menciona que o abandono do *latim* e o emprego das *línguas vernaculares* possibilitaram estender uma forma de *vinculação e lealdade social*, organizada em torno do *nacionalismo*, sobre o que restara das práticas desgastadas de solidariedade assentadas na religião, típicas das hierárquicas sociedades na fase anterior à Revolução Francesa.

Notadamente, a *língua nacional* e o *nacionalismo* foram construtos incorporados como traços semânticos ao conceito de *nação* mediante a permeabilidade conceitual. No período absolutista, a *língua nacional*, escolhida pelos líderes dos estados, era considerada um fator determinante e unificante de *nação*, pela qual o grupo lutava. Por sua vez, no paradigma pós-absolutismo, o construto *língua nacional* foi provavelmente incorporado pelo conceito de *nação* tal qual um traço semântico associado à noção de *propriedade*

<sup>5</sup> Em inglês *national-ness*. Tradução minha.

*privada* de um grupo de pessoas com ideais comuns. Em vista disso, à época, segundo Anderson (2008), para a formação de uma nação, a língua nacional seria uma marca semântica de maior importância que a etnia.

O estabelecimento dos *estados nacionais*, a partir do século XVIII, impôs a noção de *língua* como objeto estático, completo, normatizado e atrelado à ideia de *território linguístico*, fazendo emergir a noção de *identidade nacional e territorialidade*.

Analogamente, para Zhao e Biesta (2011), a relação *sujeito, linguagem e mundo* surge fundamentalmente marcada por uma orientação monológica, monolítica, homogeneizante e colonialista. As marcas semânticas de língua em sua relação com o sujeito e o mundo são essenciais à maneira como as relações humanas e os processos de constituição do sujeito e de construção de conhecimento têm sido abordados na contemporaneidade em sua relação com suas origens e na análise dos traços semânticos que se vão agregando diacronicamente.

Oportunamente, vale observar a relação entre as noções de *nação* e de *país* por sua associatividade com a percepção conceitual do termo *internacionalização*. A razão disso, para o senso comum, reside no fato de que os termos *nação, estado e país* mantêm um vínculo semântico forte, a ponto de serem, em uso geral, aplicados como se fossem sinônimos.

É certo que o termo *país* vem do francês *pays* que significa *camponês* (MAGNOLI, 1995). Muito provavelmente, por ser o berço etimológico do termo, na França o sentido de *pátria* é antigo<sup>6</sup>. Por um lado, o vocábulo *país* designa uma extensão territorial que pode ser abrangida com um golpe de vista ou uma circunvizinhança. Por outro, refere-se à atividade de trabalho no campo bem como aos habitantes que compartilham um local ou que têm a mesma terra natal, o que remete diretamente a *camponês* ao se pensar a origem etimológica em *campo*, matriz em francês da palavra *pays*.

Com efeito, na busca do enovelamento de sentidos do termo *internacionalização*, as marcas semânticas em *país* trazem à discussão a noção de *patriotismo* propriamente dita e em sua relação com o termo *nacionalismo*, já comentado. Em verdade, o senso comum define *patriotismo* como *o elo entre uma população e seu território*, o que remete à etimologia do termo em francês.

Ademais, o termo *pátria* constitui herança do latim *patria*, derivado de *pater*, que significa *o país do pai*. Os traços semânticos do vocábulo *pátria* remetem àqueles itens incorporados à *nação*, nomeadamente, uma *entidade territorial*, uma *infraestrutura cultural* e uma *sociedade global*.

Muito embora as raízes dos dois vocábulos, *natio* e *patria*, mais os aproximem do que os separem, *natio* evoca as origens, o nascimento e o começo da vida a partir das transformações do vocábulo *natus*. Por sua vez, a palavra *pátria* se inspira na *fraternidade*, haja vista sua origem em *pater*. Assim, há uma área de intersecção na criação dos dois termos que aponta para a presença da noção de *origem*, traduzida nas marcas *fraternidade* ou *nascimento*, como um vínculo entre grupos humanos pelo sangue (*pater*) ou pelo lugar do nascimento (*natus*) tal como orientação da própria atribuição da *nacionalidade*, fundada ora na *filiação* ora no *lugar do nascimento*.

Dessa maneira, o termo *patriotismo* faz referência a uma relação de *pertencimento* a uma entidade social, chamada *país*, entidade essa que pretende zelar pelo *bem-estar* de seus habitantes. Por conseguinte, a partir da origem etimológica, a noção de *país* não é originalmente geográfica ou territorial, pois traz o sentido de *extensão que vai além do que os olhos podem ver*.

Pelo exposto, sugere-se que o termo *país* possa remeter ao entendimento de *territorialidade* ou, então, dicotomicamente, aludir a algo para *além das fronteiras*, dissociando, de certo modo, a noção de *fronteiras* daquela da *sensação de pertencimento*. Logo, independentemente do sentido evocado, o termo *pays*, em sua origem, parece valorizar a marca semântica em *camponês* pelo seu papel socioeconômico de destaque à época de seu surgimento. Vale concluir que, usualmente, tal traço não foi o privilegiado à medida que o conceito *país* foi sendo construído, mas isso não significa que ele desapareceu do termo.

<sup>6</sup> Consoante, Magnoli (1995, p. 76) explica que um dos primeiros registros do termo *país* é o seu uso para enaltecer o patriotismo de Joana D'Arc, a bélica camponesa da Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

De qualquer forma, é recorrente a relação entre as manifestações de *patriotismo* e de *nacionalismo* no imaginário social. Rousseau (1998) fala mais de *pátria* do que de *nação*. Todavia o filósofo já apresenta o *amor da pátria* como um sentimento exclusivo, que supera todos os outros, desde que associado à marca semântica de *liberdade*. Para esse cenário, não bastava a soberania do príncipe. Era necessária, também, a participação dos súditos no exercício da soberania de tal forma que *liberdade* e *igualdade* fossem marcas semânticas contíguas do termo *pátria*.

Em analogia, pode-se pressupor que para o reconhecimento do sentido do termo *internacionalização* também não basta a marca semântica da *soberania* dos países envolvidos nos processos e acordos internacionais. Na verdade, percebe-se como importante a *legitimação* dessa soberania por órgãos sociopoliticamente relevantes no cenário global, o que problematiza o traço semântico da *igualdade*, mais próximo da esfera do *desejo* que do *experimentado* pelos membros do *estado*, da *nação* ou daqueles na esfera da *internacionalização*.

É importante esclarecer que a aplicação dos conceitos supracitados, nomeadamente *patriotismo* e *nacionalismo*, está sujeita a usos exacerbados<sup>7</sup>, mesmo que tal risco possa acontecer com qualquer construto. Se, no imaginário institucional, por exemplo, o *nacionalismo* for visto como um modo estratégico de se manter o sistema com base na crença de que não existe outra forma de viver senão seguindo uma *nação* ou, então, elegendo um representante dentre os semelhantes, há o risco de tal tipo de *nacionalismo* incorporar a marca semântica de *racismo* e *separatismo* perante o diferente. Se essa lógica for estendida ao termo *internacionalização*, o resultado não será diferente.

Em verdade, a relação com o Outro<sup>8</sup> é um domínio de significação relação direta ao construto de *identidade*. Como já mencionado, a abordagem dada ao termo *internacionalização* pode se dar em diferentes perspectivas. A visão de alteridade pode ser decisiva no perfil semântico que o termo vai incorporar na UTFPR-CT. Se culturalmente o Outro for visto como ameaça, constrói-se uma percepção enviesada do estrangeiro, tal qual um *oponente*. Nessa lógica, a relação se estabeleceria no *embate*, pois se fundamenta no *desejo de separação e distância*, com o predomínio da noção de que é necessário o *enfraquecimento do outro grupo* em uma disputa pelo poder. Em contrapartida, se o Outro é visto de uma perspectiva colonialista, o estrangeiro é o sinónimo do *melhor*, da *qualidade* e do *conhecimento*.

Tal atitude pode ser entendida como uma prática nacionalista, por uma face, na medida em que cria-se um sentimento de *unidade* e de *fidelidade* a tal *unidade* formada pelos *iguais*, ou seja, *não estrangeiros*; por outra, a *unidade* representa uma sociedade que hostiliza o Outro, dividida entre *exploradores* e *explorados* de tal maneira que a *fidelidade* à pátria e à nação é a *fidelidade* à sociedade dos *colonizadores* e não a do *estrangeiro*.

Durante o século XIX e as primeiras décadas do XXI, o significado de *nação* e a evolução da sua enunciação ao longo da história europeia foram tópicos de estudos. Uma dicotomia entre a noção de *nacionalismo cívico* e *nacionalismo étnico* foi adotada (SMITH, 1999) para dar conta de esclarecê-los. O primeiro tipo distinguiu-se por ser racional, democrático e por conceber a *nação* como uma comunidade cívica, aberta à incorporação de estrangeiros, exemplificada pela França e EUA. Em contrapartida, o segundo caracterizava-se por ser irracional, autoritário e por conceber a *nação* como uma comunidade de sangue, tal qual a Alemanha.

As teorias modernistas trouxeram uma desconstrução das ideologias nacionalistas, procurando também pensar o fenômeno do *nacionalismo* à escala global. De acordo com os proponentes das teorias modernistas, as nações eram realidades modernas, posto que existentes a partir do século XVIII, criadas de cima para baixo, por meio da manipulação de dados culturais pré-existentes, que visavam responder às necessidades das elites, culturalmente unificadas, de homogeneizar as suas populações (SMITH, 1999).

<sup>7</sup> Em relação ao eventual uso extremado de termos, cabe lembrar a associação do termo *nacionalismo* ao *Fascismo* e ao *Nazismo* na Europa. Enquanto neste, *nacionalismo* impacta uma hegemonia ariana com a mesma perspectiva; naquele seria a nação como um bem supremo, e em nome dela qualquer sacrifício pode ser exigido e realizado pelos indivíduos a partir de uma perspectiva antiliberalista e autoritária.

<sup>8</sup> Quando usado com letra maiúscula para se referir a outras pessoas, quer-se, desse modo, enfatizar o traço semântico de *não-europeus* incorporado ao termo. Cabe ressaltar tal relação foi elencada como um domínio de significação na análise conceitual como consta do Quadro 1.

Após o destaque dado à verificação de marcas semânticas em *nação*, *país* e *nacionalismo*, considerações acerca do termo *estado* serão feitas pela sua pertinência à análise conceitual do termo *internacionalização* em seu *continuum* de construção de sentidos.

Registros apontam que o termo *estado* data do século XIII. Usado para se referir a qualquer unidade soberana com estrutura própria e politicamente organizada, o termo veio designar um *construto político*, adotado por um *povo que constitui uma nação* ou por *vários povos de nacionalidades distintas*.

Notadamente os termos *estado* e *nação* são usados muito proximamente. Em verdade, apesar de a utilização beirar a sinonímia, a natureza dos construtos é diferente. O *estado* implica um poder público soberano que atua em seu nome e interesse com o propósito de proporcionar unidade política. Por sua vez, *nação* refere-se à comunidade cultural e política e não está, portanto, fortemente orientada por qualquer espécie de organização legal.

Outra distinção entre os construtos mencionados pode ser abordada por meio da estrutura morfológica do termo *estado-nação*. Neste, a composição lexical forma um termo criado para denominar um novo modo de pensar a *nação*, enquanto construto cultural. O contexto sociopolítico faz supor que o referido termo composto surgiu para indicar a incorporação da noção de *poder político*, trazida pelo traço semântico incorporado à noção de *estado* e às marcas semânticas de *territorialidade* e *afetocultural* incorporadas ao termo *nação*.

A partir dessa perspectiva, pode-se supor que o neologismo *estado-nação* veio refletir a motivação do pensar pós-absolutista do século XVIII, originando-se, muito provavelmente, do desejo de incorporar o traço semântico de *soberania popular* ao construto *nação*. Desse modo, as marcas semânticas de *nação* no cenário político-social vincularam-se à noção de *legitimação da governança* do poder estatal. Nesse esteio, um *estado-nação* tendeu a reforçar arranjos de cenários nos quais uma *etnia* era associada a um determinado *estado*. Pela mesma razão, à época, os conceitos de *nação* e *pátria* passaram a incorporar essa marca semântica.

Interessantemente, a referência à composição de *estado-nação* também aparece em Butler e Spivak (2007). Os autores discutem os termos, *nação* e *estado*, respectivamente, bem como sua composição, *estado-nação*. Primeiramente eles se atêm a considerações sobre o uso do hífen entre os conceitos relacionados, a partir do qual questionam se a presença desse item de pontuação resulta novo termo. Paralelamente, os autores consideram também a possibilidade de seu emprego refinar a ideia da relação tanto histórica quanto semântica entre os termos. Apresentam a possibilidade de o termo ter sido cunhado para indicar fragilidade do conceito de *nação* ou mesmo a falência no âmago da relação entre os vocábulos. A análise que propõem sustenta que, à palavra composta, o termo *nação* consolida quatro traços semânticos basilares, nomeadamente, a existência de uma *identidade nacional* ou *nacionalismo*, a *singularidade* da nação, sua *homogeneidade* e o domínio do *consenso* na *nação*.

A noção de *estado*, por sua vez, tem sua legitimidade fundada nos traços semânticos atrelados ao construto *nação*. Isso principalmente no concernente às marcas semânticas em *nacionalismo*, com o pressuposto de que “o estado presta serviço à base em prol das obrigações e prerrogativas da noção de cidadania”<sup>9</sup> (BUTLER; SPIVAK, 2007, p. 3). Nessa razão, esses autores ratificam a tese de que o *estado* empresta à *nação* estruturas legais e institucionais que demarcam um território, constituindo e incluindo a noção de *pertencimento jurídico*. Vale ressaltar que, nesse modelo, o traço semântico de *pertencimento nacional* respalda aquele de *pertencimento jurídico* na expectativa de inclusão social por meio da marca semântica da *cidadania*.

Outro aspecto pertinente à presente análise conceitual é um olhar analítico à forma *nation-state*, em inglês, em relação à composição do termo *estado-nação*. Sem dúvida, se considerada a ordem das palavras nos termos compostos supracitados em cada um dos idiomas, o impacto semântico das composições seria diferente. A razão para tanto é a premissa de que o *núcleo* retém a noção semântica predominante do termo composto, implicando, pois, ênfases diversas. De qualquer forma, seja o núcleo *estado*, como o é em inglês, ou *nação*, em português<sup>10</sup>, cabe mencionar que, em ambos os casos, o termo *estado* agrega ao vocábulo composto a

<sup>9</sup> Tradução minha. Original em inglês: “[...] the state is supposed to service the matrix for the obligations and prerogatives of citizenship”.

<sup>10</sup> A morfologia lexical indica como mecanismo predominante *núcleo-modificador* (PETTER, 2017, p. 72)

noção semântica de *soberania popular*. Da mesma forma, evoca o traço semântico de *cidadania* vinculado ao de *pertencimento territorial*. Por sua vez, na combinação lexical, o termo *nação* incorpora os princípios do *nacionalismo*, *patriotismo* e *controle político*, sem os quais a *soberania popular* não teria respaldo.

Implacavelmente, a noção de *pertencimento à nação* e ao *estado-nação*<sup>11</sup> gera, na contrapartida, a noção de *não-pertencimento*. Fundamentada no antagonismo, a noção do *não-pertencimento* se alimenta da existência do *pertencimento*. Nessa razão, a exclusão dos *não-pertencentes*, *estrangeiros* ou *não-legítimos* opera, teoricamente, com base no critério do traço semântico do *nacionalismo* como senha de acesso ao da *cidadania*.

Analogamente, o traço semântico de *nacionalidade* gera analogamente sua contrapartida na *não-nacionalidade* legitimada seja pelo *estado* ou *nação*. Por isso, devido à complexidade e à heterogeneidade das formas de *pertencimento*, segundo Butler e Spivak (2007), o *estado-nação* somente consegue afirmar sua própria base de legitimação se literalmente produzir a *nação* que lhe servirá de base para legitimação. Nessa dinâmica, portanto, teria total controle sobre as decisões, além de exercer arbitrariedade hierárquica em relação aos critérios de categorização daqueles *não-legítimos* nessa *nação imaginada*.

É oportuno mencionar que a deliberação de *exclusão* é arbitrária. Não está em conformidade com a natureza dos traços semânticos. Ela se baseia na decisão dos sujeitos calcada no poder hierárquico e histórico aplicado com autorização institucional. Nesse caso, não faz sentido semanticamente, mas o faz legalmente. Sem dúvida, a arbitrariedade da decisão em relação à categorização dos sujeitos *não-legítimos* produz impactos na maneira como o termo *internacionalização* é percebido haja vista suas nuances interculturais e nacionais pronunciadas.

Pensando a análise conceitual do termo *nação* como gênese de marcas semânticas do termo *internacionalização*, percebe-se que noções sociopolíticas tais como *cidadania*, *pertencimento étnico* e *territorial*, *língua oficial*, *amor à pátria/nação*, *comunidade coesa* e *fidelidade* coexistem com a possibilidade de *não-pertencimento*, *não-legitimidade*, ou até mesmo a *apatridia*<sup>12</sup> como construtos que indicariam praticamente o esvaziamento de sentido de seu contraponto.

Com base nesses mesmos autores, admite-se a força genealógica dos atributos atrelados ao conceito de *estado-nação* mesmo com seu declínio. Em outras palavras, o princípio do *bem-estar* agregado ao conceito de *estado-nação* foi mantido diacronicamente. Na modernidade, a política social passa a ter respaldo na crença de que as *nações*, e dentro delas as cidades, podiam controlar suas riquezas. Como já mencionado, os *estados nacionais* seguiram como construtos fundamentais ao *estado moderno* por se constituírem como repositórios jurídicos, políticos, econômicos e mercantis.

Cabe mencionar que a constatação de uma possível fragilidade para se manter a democracia em um contexto para além do *estado-nação* e da possibilidade de surgimento de um contexto antiético, posto que não democrático, parece ir ao encontro de uma premissa de Kant. Segundo o filósofo, não existe Estado algum que seja ético se considerado o pressuposto de que a *Ética* interrompe as abstrações da estrutura dos estados (STOKES, 2012).

Notadamente, o princípio da *não-legitimidade* e a atitude de *nomear os não pertencentes*, já mencionados, são exemplo de interrupções kantianas, ainda que legitimados institucionalmente, além de remeter ao traço semântico do *estado* de *não-ético* ou *aético* incorporado ao *estado*.

Com efeito, a análise do termo *nação*, em seus derivados *nacionalismo* e *nacionalização* bem como em construtos a ele relacionados, a saber, *pátria* e *patriotismo*, sinalizam traços semânticos primordiais para o desenvolvimento da presente análise conceitual. Um

<sup>11</sup> Cabe aqui um esclarecimento importante: a literatura traz também a tradução *nação-estado* para o termo *nation-state*, em inglês. Portanto a relação núcleo-palavra modificadora apresentada anteriormente se adequa ao termo estado-nação, aqui adotado. Isso posto, cabe esclarecer que o termo *nação-estado* terá seu núcleo em *nação* enquanto *estado* atuará como modificador, conquanto mantenha-se o teor de informação relativa a cada um deles, respectivamente.

<sup>12</sup> Condição de um indivíduo que não é considerado nacional por qualquer Estado. São também *apatridas* pessoas pertencentes a minorias étnicas nascidas no território de Estados cujas leis não atribuem nacionalidade a tais grupos.

deles é a noção de *comunidade social coesa*, na qual subentende-se a presença de *consenso*, traço semântico este que segue como elemento fundante principalmente às noções de *nação* e de *estado*, já analisadas.

É relevante mencionar que o entendimento da noção de *coesão* pode se fundamentar em elementos levemente diversos. Se, por um lado, a *etnia* é critério de coesão a ser aplicado à comunidade como um parâmetro do construto *nação*; por outro, muito provavelmente, o mesmo traço não será proeminente se o construto for *país*, *pátria*, *estado-nação* ou *estado*, por exemplo. Para estes, de modo geral, teríamos *territorialidade*, *amor incondicional ao local*, *soberania* e *controle*, respectivamente, para mencionar os traços semânticos emblemáticos envolvidos na análise dos quatro construtos exemplificados, os quais, ressalta-se, contemplam um traço semântico somente ou mesmo um feixe deles.

A tempo, salienta-se que outras marcas semânticas tais quais *nacionalidade*, *territorialidade*, *localidade*, *língua oficial* e *atitude* perante o estrangeiro aderem significativamente ao construto *nação* e por relação morfológica à construção do termo *internacionalização*, a ser discutido mais adiante.

Ademais, muito apropriadamente, vale observar a maneira como os conceitos *nação*, *pátria*, *patriotismo*, *estado* e *estado-nação* vão sendo construídos. Para Magnoli (1995), eles se constituem por meio de mediação simbólica, delineada por ideologia e convenções representadas em bandeiras ou demarcadas em fronteiras no mapa, por exemplo. Nessa razão, o autor os define como “convenções que permeiam consciências por gerações como se fossem construtos naturais e espontâneos, ou seja, imunes à intervenção humana” (MAGNOLI, 1995, p. 75), mas que não o são. Sem dúvida, a percepção do autor acrescenta à crença de que os *conceitos* por sua natureza linguístico-discursiva rendem-se a uma análise frutífera, a qual informa também o contexto socioeconômico e histórico-cultural.

De forma pertinente, fundamentado no imaginário social, o Quadro 1 oferece um panorama da análise conceitual de termos e conceitos intimamente relacionados ao termo *internacionalização*. Como macrocontexto da investigação, tem como variáveis os domínios de significação e os termos analisados. Nesse contexto, a intersecção de cada domínio e cada termo visibiliza a potencial carga semântica agregada ao conceito de *internacionalização* a ser tratado detalhadamente adiante.

O recorte dos itens *nação*, *pátria*, *estado-nação* e *estado moderno* resulta de sua produtividade em remeter a uma quantidade expressiva de marcas semânticas. Não se quer dizer que sejam as únicas, mas são emblemáticas na análise conceitual realizada e certamente são eficazes epistemologicamente em relação aos domínios de análise. Na intersecção, tem-se um traço semântico em potencial que tende a ficar incorporado ao termo diacronicamente, o qual se oferece a ressignificações continuamente.

**Quadro 1:** Termos *nação*, *pátria*, *estado-nação* e *estado moderno*: domínios de significação e potenciais marcas semânticas a serem diacronicamente incorporadas ao termo *internacionalização*

| Termo →<br>Domínio<br>de significação ↓ | Nação                       | Pátria      | Estado-nação       | Estado moderno                                   |
|---|-----------------------------|-------------|--------------------|--|
| Visão do Outro                          | Ameaça                      | Ameaça      | Conversão desejada | Homogeneidade na heterogeneidade da globalização |
| Força motriz de grupamento              | Identidade nacional/ étnica | Patriotismo | Soberania popular  | Soberania estatal                                |
| Apelo emocional                         | Proteção                    | Lealdade    | Cidadania          |  |

|                               |                 |  |                                      |                                   |
|-------------------------------|-----------------|--|--------------------------------------|-----------------------------------|
|                               |                 |  |                                      | Identidade como mérito individual |
| <b>Territorialidade</b>       | Etnia e cultura | Vínculo de proteção: povo e território | Vínculo administrativo e linguístico | Vínculo geográfico e político     |
| <b>Bem-estar</b>              | Servidão        | Estar em comunidade                    | Ser cidadão                          | Inserção global                   |
| <b>Função do poder</b>        | Controle        | Liderança local                        | Ordem local e supraestatal           | Ordem global                      |
| <b>Língua</b>                 | Dádiva divina   | Língua oficial de herança              | Língua oficial/padrão                | Língua franca                     |
| <b>Laços de pertencimento</b> | Étnico-cultural | Lealdade                               | Territorial e jurídico               | Transnacional                     |

**Fonte:** a autora

Ressalta-se que esse quadro tem a ecologia da interação humana como substrato em sua relação com o conhecimento de mundo, o que inclui a articulação de noções linguísticas, sociopolíticas e interculturais. Paralelamente, sua elaboração se fundamenta na certeza de que a informação disponibilizada resulta substancialmente da análise conceitual. Esta, por sua vez, baseia-se no princípio de que a informação gerada reflete a percepção do conceito de *internacionalização* na UTFPR-CT, cujo processo de *internacionalizar-se* constitui o contexto no qual o referido termo e seu conceito estão imbricados.

Uma evidência da dualidade e convivência de traços semânticos pode ser observada no domínio *Visão do Outro*. Notadamente, dependendo da intersecção entre *domínio* e *termo* em questão, evidencia a marca semântica de *ameaça*, por uma face, e do *desejo de converter o diferente (não-eu) aos meus valores*, em outra.

Analogamente, uma flexibilização de sentido é percebida quando o foco recai nas marcas semânticas incorporadas ao conceito de *internacionalização* na dimensão intercultural. Nessa razão, a *língua oficial* em zonas de contato cultural traz a noção de *escolha aleatória do rei* que é complementada pela ideia de *construto de herança* ou de *língua do poder*, por exemplo.

Por hora, voltemos à análise etimológica conceitual. Com esse intuito, o próximo segmento discorre sobre o termo *internacionalização* com a pressuposição de que há a retomada de traços desenvolvidos para o termo *nação* pela base etimológica compartilhada por eles.

## 5 INTERNACIONALIZAÇÃO: A CEREJA DO BOLO

Conforme Huang (2014), o termo *internacionalização* deriva de *internacional* e surgiu em 1883 para se referir a ideias e ações que encorajavam iniciativas de cooperação e coexistência entre países, centradas no respeito a tradições culturais diversas e inerentes às nações e a seus povos.

Em vez de uma análise morfológica completa do termo, formado por derivação parassintética, optou-se por recortá-la em dois componentes estratégicos e suficientes ao objetivo deste artigo. Em verdade, o primeiro desses componentes, a análise do termo *raiz, nação*, foi desenvolvida na seção anterior. Por sua vez, o segundo é o prefixo latino *inter* que significa *posição intermediária, entre*, ou ainda, *algo em reciprocidade*. Com efeito, a combinação dos componentes imprime ao termo *internacionalização* a noção de *algo realizado entre nações* ou *em reciprocidade entre nações*.

Ainda que seu uso em discursos no cenário educacional e acadêmico vai incorporar traços semânticos dessas áreas, o vínculo semântico com construtos em sua raiz etimológica, *nação*, e a outros que a esta remetem, nomeadamente, os termos *país* e *estado*, por exemplo, se confirmam. Isso sem contabilizar os sentidos agregados a outras palavras derivadas, nomeadamente, *nacionalidade*, *nacionalismo* e *patriotismo*, por exemplo.

Nesse contexto, a *internacionalização* é vista como construto de sentido contrastante ao *chauvinismo*<sup>13</sup> e ao *nacionalismo*. Esses dois construtos enaltecem a própria *raça* e *nação* a ponto de hostilizar outras raças e nações tal qual consta no Quadro 1 ao se analisar a relação com a alteridade em zonas de contato intercultural.

Assim, por permeabilidade semântica, à noção etimológica de *algo realizado entre nações* juntam-se outras seis delineadas na seção anterior para o termo *nação*, quais sejam, *consenso*, *homogeneidade*, *irmandade*, *bem comum*, *etnia* e *compartilhamento de língua nacional*.

Nesse esteio, portanto, os elementos priorizados no conceito de *nação* em si, sua inserção ao processo de globalização, bem como os traços semânticos agregados trazem contornos de interpretação decisivos. Estes informam a perspectiva não só do conceito de *internacionalização*, mas também das narrativas e discursos relativos a ele. Indubitavelmente, o caráter multifacetado inerente à formação de conceitos, conforme ressaltado por Habermas (2001), vai complexificar o contato intercultural pela presença simultânea de elementos de dualidade, seja de aderência e resistência, ora tênues ora invisíveis, porém sobremaneira estratégicos em qualquer investigação e que não podem ser invisibilizados.

Ademais, vozeando Bauman (1999), ratifica-se a natureza complexa e semanticamente articulada dos sentidos que vêm sendo incorporados ao *continuum* do conceito de *internacionalização* e o desafio de seu rastreamento e entendimento. Sobremais, há uma especial dificuldade de captar os liames semânticos menos visíveis. Isso porque a configuração dos traços semânticos do conceito em questão não os dispõe em linearidade e hierarquia tal qual no modelo arbóreo de concepção de conhecimento<sup>14</sup>. Diversamente, evoca a representação do conhecimento como uma organização rizomática (JORDÃO; FOGAÇA, 2012). Nessa perspectiva, por conseguinte, os liames de sentido se estabelecem em múltiplas ramificações tal qual um anovelado intrincado, não-hierárquico e não-linear.

Em verdade, o enredamento semântico do termo *internacionalização* é multifacetado. A contiguidade com os construtos *interculturalidade* e *globalização* faz com que o termo *internacionalização* reverbere questões de natureza filosófica, sociopolítica e histórico-cultural de herança da colonização além de fatores de autonomia e identidade, levando a ponderações de escopo internacional, multinacional, transnacional e mundial ao longo da análise conceitual aqui proposta.

<sup>13</sup> Chauvinismo ou chovinismo (do francês *chauvinisme*): termo dado a todo tipo de opinião exacerbada, tendenciosa, etnocêntrica ou agressiva em favor de um país, grupo ou ideia. Associados ao chauvinismo frequentemente identificam-se com expressões de rejeição radical a seus contrários, desprezo às minorias.

<sup>14</sup> Nessa concepção existe uma organização linear como se o tronco fosse um fio condutor central e dele partiriam os galhos em uma ordem hierárquica.

Outrossim, à conta da configuração anovelada dos traços semânticos, a reflexão sobre o entendimento do conceito de *internacionalização* na UTFPR-CT fundamenta considerações relativas tanto a quebras de paradigma como de sua manutenção na dinâmica do processo de *internacionalização* institucional, mediante um olhar situado com base no impacto do capitalismo na contemporaneidade.

A menção a esse fenômeno econômico contemporâneo em sua relação com a análise da construção semântica do termo *internacionalização* é bipartida. Por um lado, sua pertinência reside no respaldo epistemológico do abordagem interdisciplinar e rizomática adotada para a análise da trajetória terminológica. Por outro, advém da informatividade semântica acreditada ao termo *capitalismo* que o conceito imprime ao longo do *continuum* histórico-social do termo pela certeza de seu impacto aos traços semânticos incorporados. Desse modo, sua retomada traz à tona marcas semânticas historicamente construídas referentes a sistemas econômicos que o precederam, a saber, a acumulação do mercantilismo, do colonialismo e do imperialismo, por exemplo. Não surpreendentemente, em consonância com teor interdisciplinar da construção semântica, traços semânticos da rede lexical trazida pelo termo *capitalismo*, muito provavelmente, também foram morfossemanticamente incorporados à percepção do conceito de *internacionalização* na UTFPR-CT em que pese sua inserção econômico-política.

De alto teor elucidativo, o contexto histórico é uma faceta importante que impactou a construção do termo *internacionalização*. Dentre os eventos históricos, certamente a repercussão da Revolução Industrial, no final do século XVIII e início do XIX, foi um acontecimento sociopolítico marcante. Ainda que anterior ao surgimento do termo, as transformações no ambiente econômico à época afetaram a formação semântica do construto social contemporâneo de forma profunda, conforme registra Magnoli (1995).

Da menção à expansão da mercantilização às colônias, pode-se inferir que os processos de internacionalização e de globalização surgiram atinentes ao *modus operandi* mercadológico. Nessa razão, portanto, a mercantilização seria também expansão do colonialismo, cujo impacto estaria impresso nas relações de poder estendidas à composição dos construtos de *globalização* e de *internacionalização*.

Cabe salientar que o Brasil vivia sob o regime de economia colonial enquanto a Primeira Revolução Industrial se desenvolvia em solos europeus. Por essa razão, é necessário situar a percepção brasileira do construto *internacionalização* sob uma ótica colonialista. A vinda da família real ao Brasil em 1808 trouxe mudanças medianas à situação colonial brasileira. O regente D. João tomou algumas medidas que favoreceram o desenvolvimento industrial.

Indubitavelmente, mesmo tardios, os discursos da era da industrialização geraram e legitimaram traços semânticos que foram incorporados ao conceito de internacionalização. Mesmo o Brasil tendo a capacidade de ser protagonista no cenário global, as marcas semânticas da *dependência* e da *internacionalização* como *mecanismo de busca de conhecimento, melhoria e legitimidade* são incorporadas e se estabelecem no *imaginário social* a partir de uma ótica colonial inevitavelmente transferida ao termo e conceito de *internacionalização* em construção.

Nos anos 90, o termo *internacionalização* incorporou a marca semântica de *abertura institucional para o exterior*. Nessa razão, portanto, o construto *internacionalizar-se* ganhou contornos de um processo de busca de conhecimento tal qual mercadoria como emblema de desenvolvimento e participação de um contexto social global. Tal inserção mercadológica aproximou seu sentido ao de um item comercial.

Com efeito, é de Knight (2006, p. 2) o conceito de *internacionalização* de referência para a área. Conforme salienta a autora, com quem concorda-se plenamente, as definições de *internacionalização* vão além da enunciação de significado. Em verdade, as acepções do termo dão pistas quanto ao momento histórico no qual se insere, além de permitir a visibilização de ações, estratégias, políticas e programas a serem adotados a partir do resgate de marcas semânticas por meio de análise etimológica e conceitual.

À ênfase do processo de internacionalização como caracterizado pela integração do âmbito internacional e do intercultural supracitados, Sebastián (2004) percebe que a *internacionalização* como intento tende a agregar valor à instituição. Esse autor sustenta que o processo de *internacionalização* como um recurso para aprimoramento da instituição pode não só transformá-la a

ponto de influenciar a qualidade de sua estrutura interna, mas também potencializar sua projeção externa, agregando-lhe valor. Por conseguinte, ele a define como “[...] um processo de introdução da dimensão internacional na cultura estratégica institucional, em suas funções de formação, pesquisa e extensão e também na projeção de sua oferta e capacidade instalada” (SEBASTIÁN, 2004, p. 16).

Inclusive, cabe ressaltar que, ao mencionar o refinamento da dimensão da internacionalização com mais pesquisa e publicação, Sebastian ratifica esses dois elementos como compatíveis à noção da *cereja do bolo* tal qual defendida aqui.

Notadamente, a definição de Sebastián é compatível com a adoção dos *rankings* universitários do *estado-moderno* como critérios de legitimidade acadêmica na medida em que o ranqueamento têm a pesquisa e a publicação como critérios de grande importância na classificação das instituições de ensino superior.

Aliás, a definição de *internacionalização* desse autor anuncia o traço semântico de *competitividade* evidenciado pela importância dada à pesquisa e extensão bem como no destaque à de publicação, por exemplo, para elevação das universidades e maior visibilidade no cenário internacional por agregar-lhes valor.

Por tais razões, admite-se que os *rankings* podem ser vistos como a ressignificação do teor dos traços evidenciados no Quadro 1 no que implica a associação do construto *estado moderno* com os domínios *Função do poder* e *Laços de pertencimento*. Isso devido à incorporação do teor comercial à *internacionalização*, o que prenuncia a incorporação de traços semânticos compatíveis. Exemplos desses seriam a *meritocracia*; *publique ou pereça*; e ainda *rankings são importantes* em um entorno iniciativas transnacionais e supraestatais passaram a ser atrativas financeiramente para a UTFPR-CT em época de escassez de recursos públicos e aumento de competitividade entre instituições públicas e privadas.

## 6 CONCLUSÃO

Antes do final dos anos 90, o termo *internacionalização* era dotado de prestígio e ampla aplicação na esfera econômica. Exponencialmente, a partir daí, *ser internacional* tornou-se desejo e critério de excelência em universidades brasileiras e estrangeiras. Por tal significância, a marca semântica de *cereja do bolo* parece pertinente para um construto de grande repercussão também na área educacional.

Com base no cruzamento dos *domínios de significação*, ou seja, o *termo*, o *conceito*, o *imaginário institucional* e o *imaginário social*, com os *eixos de análise conceitual*, nomeadamente, etimológicos, morfológicos e semânticos, admite-se que o contexto de uso do termo *internacionalização* pode emprestar-lhe diferentes nuances de significação. Assim, analogamente a outros itens lexicais, à medida que o termo se move em um *continuum*, sofre ressignificações como impacto do entendimento de que o termo vai incorporando elementos contextuais de natureza sociopolítica, linguística e cultural dada a sensibilidade psicossocial da linguagem. Ademais, é cabível a menção de que a trajetória do termo *internacionalização*, em relação às percepções do termo no imaginário institucional da UTFPR-CT, oscilou entre os traços de *cânone*, ou seja, inquestionável, de *modismo*, por não estar incorporado à crença dos sujeitos e de lugar comum, perante o traço de explicar muito sem o pertencimento necessário.

A constatação da interdisciplinaridade dos processos tanto de formação como de entendimento do termo *internacionalização* permite a pressuposição de que a perspectiva rizomática de abordagem à análise conceitual potencializa um esclarecimento mais aprofundado e situado dos traços semânticos constituintes.

Deve-se ratificar que em contexto de análise conceitual é pressuposto que as significações incorporadas ao termo *internacionalização* não são fixadas em um sentido posto. Alternativamente, incorporam marcações de sentido do entorno sociopolítico de seu *continuum* de uso haja vista o caráter interdisciplinar do contexto na incorporação dos traços semânticos.

Como evidência da sensibilidade histórico-cultural da construção semântica dos termos, menciona-se reiteração significativa do conceito de internacionalização com base no traço semântico de *dependência* e da *internacionalização* como *mecanismo de busca de*

*conhecimento, melhoria e legitimidade* predominante no imaginário institucional da UTFPR-CT, supostamente influenciado pelo traço de colonialidade dos sujeitos. Além da influência do feixe de traços coloniais, a falta de investimento em inovação e em educação acentuaram a perspectiva de uma forma *internacionalização passiva*, segundo a qual, o Brasil atua majoritariamente como país emissor de estudantes, os quais saem do país para buscar conhecimento em terras estrangeiras.

Sem dúvida, a etimologia é um ponto de referência produtivo para mapear sentidos ao continuum dos termos. No entanto, a composição semântica abre um prisma pluridisciplinar para além da Linguística em seus eixos da Morfologia e Semântica para transitar pela Sociopolítica, Psicologia, Economia, História e Filosofia como macroáreas, nas quais sentidos são atribuídos e situados. Portanto os fatores de contingencialidade, flexibilidade e criatividade da carga semântica dos termos oferece um repertório precioso para o entendimento e aplicabilidade de termos e conceitos. Igualmente pertinente é o papel sociopolítico e cultural do *imaginário social* como repositório social do *imaginário institucional*, ambos historicamente construídos mediante relações de poder e legitimação social.

Em verdade, atesta-se favoravelmente em relação à eficiência da análise conceitual aqui empreendida. O rastreamento de traços etimológicos, morfológicos e semânticos dos termos *pátria, país, estado e nação*, bem como termos afins, foi esclarecedor perante o entendimento do termo *internacionalização*. Na verdade, foi além ao esclarecer etimológica e morfológicamente como certas rupturas convivem semanticamente e como a colonização transpira em traços de colonialidade na noção de internacionalização na contemporaneidade.

Da mesma forma, a análise conceitual resulta reflexão e informação pertinentes para encarar os riscos inerentes ao entendimento do termo *internacionalização*, especificamente, a *ambiguidade*, o *uso retórico* e a *opacidade* dos traços semânticos a ele incorporados nos discursos em que transita, espera-se, com muita distância do *modismo*.

Contudo, a grande ideia não era fechar em modelos hermeticamente, mas em exercitar a compreensão situada que permite um caminho mais curto para um aprofundamento terminológico que nos auxilie a resolver dilemas. O conhecimento das raízes etimológicas pode ser uma peça chave para acesso a constatações filosóficas e éticas em busca do consenso.

Analogamente, reitera-se que mais discernimento em relação à informação conceitual é vital para a tomada de decisões e elaboração de iniciativas pró-internacionalização menos dualistas e mais agonistas bem como medidas morfossemanticamente informadas sobre *internacionalização* que podem vir a ser *a cereja do bolo* na UTFPR-CT.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREOTTI, V. de O.; STEIN, S. Higher Education and the Modern/Colonial Global Imaginary. *Sage Journals*, v. 2, n. 17, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1532708616672673>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- ALENCAR, J. A. de. *Vocabulário Latino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. *Who sings the nation-state? Language, politics, belonging*. London-New York: Seagull. 2007.
- CASTRO-GOMÉZ, S. *La hybris del punto cero. ciencia, raza y ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

- CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- HUANG, F. The Internationalisation of the academic profession. In: HUANG, F.; FINKELSTEIN, M.; ROSTAN, M. *The Internationalization of the Academy: Changes, Realities and Prospects*. Dordrecht: Springer, 2014. p.1-21.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HABERMAS, J. *The Post-National Constellation*. Tradução de Max Pensky. Cambridge: MIT Press, 2001.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos – O breve século XX (1914-1995)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JORDÃO, C. M.; FOGAÇA, F. Carvalhos, Juncos, Árvores E Rizomas: Paradigmas Na Formação De Professores. *RBLA Belo Horizonte*, v. 12, n. 3, p. 493-510, 2012.
- LE GRAND ROBERT. *Le Grand Robert de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, [201-]. Disponível em: <https://grandrobert.lerobert.com/>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- MAGNOLI, D. *União Europeia: História e geopolítica*. São Paulo: Moderna, 1995.
- NORTON, B. Identity, investment, and faces of English Internationally. *Chinese Journal of Applied Linguistics (Quarterly)*, v. 38, n. 4, p., out. 2015. p.375-391.
- PAZELLO, E. *Internacionalização na UTFPR-CT: da cereja do bolo às duas pontas do iceberg*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 2019.
- PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II*. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2017. p. 59-79.
- ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SANTOMÉ, J. T. *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SEBASTIÁN, J. *Cooperación e internacionalización de las universidades*. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- SMITH, A. *Nações e nacionalismo numa era global*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- STOKES, P. *Os 100 pensadores essenciais da filosofia*. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

ZHAO, K.; BIESTA, G. J. Lifelong learning between “East” and “West”: Confucianism and the Reflexive Project of the Self. *Interchange*, v. 42/1, p.1-20, 2011.



Recebido em 26/04/2020. Aceito em 08/10/2021.